



ARTIGOS

## A QUESTÃO DO INTELECTO NA FORMAÇÃO DO “MESTRE”: UMA LEITURA TOMASIANA

*Isabella MARTINS*

*Universidade Estadual de Maringá (UEM)*

*Maringá, Paraná – Brasil*

*isabellacfm-@hotmail.com*

*<https://orcid.org/0000-0002-4395-9209>*

*Terezinha OLIVEIRA*

*Universidade Estadual de Maringá (UEM)*

*Maringá, Paraná – Brasil*

*teleoliv@gmail.com*

*<http://orcid.org/0000-0001-5349-1059>*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar o conceito de intelecto apresentado na questão 79da *Suma Teológica* com a contribuição do livro *A unidade do intelecto contra os Averroístas*, a fim de entendê-lo como um conceito perene que nos permite refletir sobre a aprendizagem do ser humano contemporâneo. Para Tomás de Aquino era imprescindível que seus alunos compreendessem o intelecto de modo que contribuísse no processo de ensino quando, futuramente, se tornassem mestres. O intelecto, para ele, era essencial para definir o ser humano como uma espécie capaz de descobrir, aprender e ser responsável por suas ações. Nosso estudo teve como fio condutor a História Social (BLOCH, 2001; BRAUDEL, 1992; LE GOFF, 1990), que considera que os acontecimentos sociais são oriundos das constantes mudanças econômicas, sociais e políticas. A pesquisa possibilitou observar que a concepção de intelecto de Aquino possui princípios essenciais para entendermos o homem como um ser dotado de potencialidade intelectual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intelecto.potencialidade.processo de aprendizagem. mestre.

## THE QUESTION OF THE INTELLECT IN THE TRAINING OF THE “MASTER”: A THOMASIAN READING

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to analyze the concept of intellect presented in question 79 of the Summa Theologica with a contribution to the book A unity of the intellect against the Averroists, in order to understand it as a perennial concept that allows us to reflect on the learning of the human being contemporary. For Tomás de Aquino, it was essential that his students understand the intellect in a way that they contribute to the teaching process when, in the future, they become masters. Intellect, for him, was essential to define human beings as a species capable of discovering, learning and being responsible for their actions. Our study is guided by Social History (BLOCH, 2001; BRAUDEL, 1992; LE GOFF, 1990), which considers that social events originate from constant economic, social and political changes. Research made it possible to observe that Aquinas' conception of intellect has essential principles to understand us or man as a being endowed with intellectual potential.

**KEYWORDS:** Intellect. potentiality. learning process. teacher.

## LA CUESTIÓN DEL INTELLECTO EN LA FORMACIÓN DEL “MAESTRO”: UNA LECTURA TOMASIANA

**RESUMEN:** El propósito de este artículo es analizar el concepto de intelecto presentado en la pregunta 79 de la Summa Theologica con una contribución al libro Una unidad del intelecto contra los averroístas, para entenderlo como un concepto perenne que nos permite reflexionar sobre el aprendizaje del ser humano contemporáneo. Para Tomás de Aquino era fundamental que sus alumnos entendieran el intelecto de manera que contribuyeran al proceso de enseñanza cuando, en el futuro, se conviertan en maestros. El intelecto, para él, era fundamental para definir al ser humano como una especie capaz de descubrir, aprender y ser responsable de sus actos. Nuestro estudio se guía por la Historia Social (BLOCH, 2001; BRAUDEL, 1992; LE GOFF, 1990), que considera que los hechos sociales se originan a partir de constantes cambios económicos, sociales y políticos. Una investigación permitió observar que la concepción del intelecto de Tomás de Aquino tiene principios esenciales para entendernos al hombre o al hombre como un ser dotado de potencial intelectual.

**PALABRAS-CLAVES:** Intelecto. potencialidad. proceso de aprendizaje. maestro.

## Introdução

A Suma Teológica, obra escrita por Tomás de Aquino entre 1260 e 1270, apresenta sua intenção em amparar os estudantes da Universidade do século XIII com questões pertinentes ao estudo da ciência teológica, como observou o próprio autor no prólogo da obra. Conforme Libera (1990), a estrutura dessa obra é expressão e forma da questão disputada (*quaestio disputatio*), em que o pensamento desenvolvido pelo teólogo debate consigo mesmo. Os artigos são o oposto de uma tese (*thesis*), mas uma questão (*quaestio*) que do mesmo modo que responde, propõe alternativas e possibilidades. Assim, em seus artigos, inicialmente, é instituída uma questão. Apresentada a questão que será debatida, expõe-se as defesas. As defesas postas, traz-se a solução, o que corresponderia a *determinatio*. Por fim, responde-se cada uma das defesas que foram previamente apresentadas (LE GOFF, 2006).

Para essa pesquisa elencamos os treze artigos presentes na questão 79 da Suma Teológica intitulada de Das potências intelectivas como fonte base, pois a concebemos como essencial para realizarmos reflexões acerca da educação e da formação humana. A compreensão da concepção de intelecto tomasiano evidencia o homem como ser capaz de apreender conhecimento e obter novas aprendizagens, nesse sentido, a questão perpassa também pela compreensão de um processo de ensino e aprendizagem. É notório que este processo foi pensado para o século XIII, no entanto, veremos que ele pode contribuir também para a educação contemporânea, uma vez que, continuamos a refletir acerca das condições ou capacidades intelectivas do homem.

Com o intuito de aprofundar nossas reflexões sobre o intelecto traremos, também, como fonte o livro A unidade do intelecto contra os Averroístas, obra escrita por Tomás de Aquino por volta de 1270, que objetiva esclarecer os enganos cometidos por Averróis acerca da concepção de intelecto. Para Tomás de Aquino dois aspectos são os erros fundamentais de Averróis: o primeiro seria acreditar que o intelecto é uma substância separada do corpo e o segundo que o intelecto possível seria um único para todos os homens. Adiante, juntamente com nossa análise dos artigos da questão 79, explicitaremos as argumentações de Aquino perante esses equívocos. Dessa forma, nosso objetivo neste artigo é analisar o conceito de intelecto presente nas obras supracitadas, a fim de entendê-lo como um conceito perene que nos permite refletir sobre questões de aprendizagens do homem contemporâneo.

Para desenvolvermos nosso objetivo seguiremos os princípios metodológicos da História Social (MARC BLOCH, 2001); (BRAUDEL, 1992); (LE GOFF, 1990), e mais precisamente o conceito de longa duração concebido por Braudel (1992). Conforme Bloch (2001, p.55), a história é a “[...]ciência dos homens no tempo[...];” considerando os aspectos sociais, políticos e econômicos de sua época. Compreendemos que os seres humanos e suas criações são produtos de suas experiências e de sua condição social que interfere diretamente no modo de perceber e agir no mundo. Isto posto, é preciso esclarecer que não desejamos transpor o conceito e as alternativas propostas por Tomás de Aquino ao nosso tempo, mas, buscar nos estudos de outro tempo, vestígios que contribuam para o entendimento da nossa sociedade e do próprio ser humano. Seguindo os ensinamentos de Mendes (2011) é responsabilidade do pesquisador dar vida a fonte escolhida de modo que ela responda seus questionamentos. Desse modo, destacamos a longa duração da história que vincula tempo passado, presente e futuro e o converte em um todo indissolúvel (BRAUDEL, 1992), o que Bloch (2001) também chamou de ‘fundo permanente’.

1 Sobre a *quaestio disputatio* sugerimos a leitura do capítulo: *Os exercícios: quaestio, disputatio, quodlibet* do livro *Os Intelectuais na Idade Média* de Le Goff (2006).

Face a esse caminho da história para desenvolver o debate sobre o intelecto em nosso autor, julgamos ser relevante tecer considerações sobre o século XIII, nos detendo em três aspectos ligados a Tomás de Aquino: as ordens mendicantes, a recepção de Aristóteles e a Universidade. Lauand (1999), na introdução da obra *Verdade e Conhecimento* de Tomás de Aquino, se contrapôs ao senso comum em pensar que o século XIII foi uma época harmônica e pacífica. Conforme o autor, este século foi repleto de agudas contradições, tanto nas esferas sociais, econômicas e mentais. A Cristandade, que há séculos estava sitiada pelo Islã, era também ameaçada por hordas asiáticas, fazendo com que se tornasse um pequeno grupo no meio de um mundo pagão. O mundo árabe estava buscando impor-se, sua filosofia, sua ciência e seu poderio político-militar tinham influenciado a Cristandade e a Universidade de Paris, seu centro intelectual. Tratava-se de algo novo, considerado estranho e pagão. Em resposta, a Cristandade, além da construção de catedrais, teria concebido as universidades que buscavam conquistar a cultura mundana (LAUAND, 1999). Outro fator de grande importância é o surgimento das ordens dominicanas e franciscanas que foram denominadas de as “[...] ordens mendicantes [...]”: “A cidade é pagã, é preciso convertê-la” (LE GOFF, 2008, p. 177).

As ordens mendicantes receberam este nome devido a forma que subsistiam. Pregavam a pobreza, renunciavam todo tipo de posse e viviam de esmolas e não por meio de dízimos e rendas feudais (LAUAND, 1999; LE GOFF, 2008). Os frades franciscanos primavam por uma vida de piedade afetiva, diferentemente, dos frades dominicanos que constituíam uma ordem sóbria e racional que se interessava no estudo de teologia e das ciências terrenas. Segundo Lauand (1999), o estudo da bíblia e da ciência é colocado em primeiro plano, sendo possível, inclusive, que o religioso dispensasse a oração comunitária em favor do estudo.

Pensemos agora nas Universidades e intrínseco a elas, a introdução do pensamento aristotélico no Ocidente. Nascia, no século XIII, a *universitas* que se originava dos melhores colégios superiores diocesanos<sup>2</sup>. Nesses colégios, encontravam-se estudantes que provavelmente se tornariam mestres. Em pouco tempo, conforme Lauand (1999, p. 11) “[...] estudantes e professores resolveram erigir uma corporação de ofício própria, que os libertasse da ingerência dos poderes civis e eclesiásticos”. Na *universitas* o estudo era especialmente focado nas escrituras sagradas, entretanto, eram permitidos também o estudo das ciências terrenas. Tratava-se de um ambiente propício a oposições, desafios e debates radicais. Lauand (1999), considera que é nesse âmbito privilegiado que Tomás de Aquino desenvolveu o melhor de sua obra e docência e onde também participou dos debates intelectuais mais acirrados.

Os pensamentos de Aristóteles invadiam o Ocidente, em meados do século XII, no entanto, o que inicialmente se observou não é puramente a doutrina aristotélica, mas uma mistura de seus escritos com os ideais árabes (LAUAND, 1999). Mais tarde, autores como Alberto Magno, Boécio de Dácia e Guilherme de Moerbeke produzem novas traduções das obras aristotélicas que serão utilizadas por Tomás de Aquino (DE BONI, 1995). O que nos interessa aqui, é perceber que a entrada das obras de Aristóteles causou neste século, uma segmentação. Por um lado, estavam aqueles que defendiam a tradição teológica e depreciavam a investigação racional, buscando suas respostas nas sagradas escrituras, e de outro, estavam aqueles que consideravam a teologia como algo enfadonho. E é nesta divisão que podemos perceber a grandeza e a intelectualidade de Tomás de Aquino, que ao deparar-se com ambas as possibilidades de estudo não opta por uma em detrimento da outra, mas acolhe ambas e busca a verdade existente em cada uma delas.

Tendo posto algumas considerações que acreditamos ser imprescindíveis para a compreensão do nosso estudo, prosseguiremos com a análise dos artigos da questão 79 da *Suma Teológica*. Nessa perspectiva,

<sup>2</sup> Os colégios superiores diocesanos referem-se a instituições sob domínio administrativo de um Bispo, Arcebispos ou superiores eclesiásticos de uma determinada Igreja (DUQUE, 1952).

pretendemos destacar aspectos que consideramos pertinentes à compreensão da concepção de intelecto humano para Tomás de Aquino, que podem contribuir para entendermos a forma como o ser humano pode aprender, sua possibilidade de ensinar, o modo como se posiciona e age em sociedade.

### **Análise da questão 79: intelecto, educação e processo de ensino e aprendizagem.**

Ao investigar acerca do que diferenciaria o ser humano como espécie humana, Aristóteles observou no *De Anima* e na *Ética a Nicômaco*, que o ser humano seria composto por uma alma que se dividiria em três partes: vegetativa, sensitiva e intelectiva. A alma vegetativa seria aquela responsável pelo crescimento e nutrição, estando presente nas plantas, animais e nos seres humanos. Já a alma sensitiva estaria presente nos animais e nos homens, sendo responsável pelas sensações e pelo movimento/locomoção/deslocamento. A alma intelectiva, por seu turno, concerne ao conhecimento, pensamento, raciocínio e entendimento, e está, estaria presente somente nos seres humanos.

A vida parece ser comum até as próprias plantas, mas agora estamos procurando o que é peculiar ao homem. Excluamos, portanto, a vida de nutrição e crescimento. A seguir há uma vida de percepção, mas essa também parece ser comum ao cavalo, ao boi e a todos os animais. Resta, pois, a vida ativa do elemento que tem um princípio racional (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, liv. I, 35, 1098 a).

Sabemos que os estudos científicos se desenvolveram e que no nosso tempo a compreensão do que diferencia os seres humanos dos animais é um fator estabelecido e comumente aceito<sup>3</sup>. E que as partes, intelectiva e racional se encontram especificamente no cérebro humano. No entanto, apesar dos avanços, entendemos que as investigações de Aristóteles e, por seguinte, de Tomás de Aquino se mostram valiosas para entendermos a importância do desenvolvimento do intelecto, que além de nos diferenciar como espécie *Homo Sapiens*, é determinante para a formação de pessoas conscientes e responsáveis, que possuem diretos, deveres e funções em uma dada sociedade.

Nesse sentido, nos propomos a analisar a questão 79 intitulada de *Das potências intelectivas* presente na primeira parte da *Suma Teológica* de Tomás de Aquino. A questão se encontra inserida no Tratado Sobre o Homem que engloba vinte e oito questões que analisam a constituição do homem como uma unidade composta de corpo e alma, conforme consta na introdução da questão 75: "Depois da consideração da criatura espiritual e corpórea, é mister considerar o homem, composto da substância espiritual e corpórea" (TOMÁS DE AQUINO, ST, I, q. 75, prol.). Traremos, também, contribuições do livro *A unidade do intelecto contra os Averroístas*. Ambas as obras abordam o conceito de intelecto definido por Tomás de Aquino.

Principiaremos pelo primeiro artigo da questão 79, em que Tomás de Aquino buscou responder se o intelecto é uma potência da alma, ou sua própria essência. A conclusão do filósofo foi de que o intelecto, no homem, é uma potência da alma e não a essência. Haja vista que, segundo Tomás de Aquino, apenas em Deus e nos anjos o intelecto pode ser a essência da alma. "Ora, só em Deus é que se identifica o intelecto com a essência. Ao passo que em todas as criaturas inteligentes, o intelecto é uma potência do inteligente" (TOMÁS DE AQUINO, ST, I, q. 79, art.1). Isto deve-se ao fato que a ação do homem não é puramente intelectiva, podendo ser influenciada pelos sentidos, circunstâncias e contingências (SANTIN, 2018). Dessa forma, o intelecto, configura-se como uma potência da alma do ser humano e não sua essência.

<sup>3</sup> Podemos citar, por exemplo, *Sapiens* (2011), livro do historiador Yuval Harari que aponta a linguagem humana como um fator decisivo para diferenciar a espécie *Homo Sapiens*. Segundo o autor mesmo que os animais possuem um tipo de linguagem, sua comunicação restringe-se a palavras-chaves que permitem os animais avisarem uns aos outros situações de perigos ou pedidos de ajuda, diferente da linguagem humana que se mostra versátil e complexa.

No segundo artigo, debate-se sobre o intelecto ser ou não uma potência passiva<sup>4</sup>. A primeira consideração fundamental para compreendermos o intelecto como uma potência passiva, ideia defendida por Tomás de Aquino, é de que a operação do intelecto é exercida sobre o ser universal. Apenas o intelecto divino, que é a essência de Deus, está para o ser universal como ato do ser total, por isso não se configura como potência, e sim, como ato puro. Já o intelecto criado, isto é, dos homens, não poderia estar em ato em relação ao ser universal total, visto que não é eterno, estando apenas em potência de se tornar ato:

Porém, o intelecto humano, ínfimo na ordem dos intelectos e maximamente remoto da perfeição do intelecto divino, é potencial em relação aos inteligíveis; e, no princípio, é como uma tábua em que nada está escrito, como diz o Filósofo. E isto se vê claramente do fato de, a princípio, sermos inteligentes só em potência; depois é que nos tornamos inteligentes em ato. – Assim, pois, é claro que o nosso inteligir é um como padecer, conforme o terceiro modo da paixão. E, por consequência, o intelecto é uma potência passiva (TOMÁS DE AQUINO, ST, I, q. 79, art. 2. sol.).

Esta passagem traz a segunda ponderação fundamental para entendermos o intelecto como uma potência passiva. A comparação do intelecto humano a uma tábua que necessita ser preenchida. Ora, o intelecto possível, antes de aprender e/ou descobrir encontra-se em potência, ou seja, como uma tábua na qual nada está escrito. No entanto, após aprender ou descobrir, se torna ato em relação a habilitação da ciência (TOMÁS DE AQUINO, *A Unidade do Intelecto...*, § 89). Boveto e Oliveira (2021) observaram que a mente humana possui a capacidade para conhecer, tendo em vista que a passividade para Tomás de Aquino é no sentido de admitir/potência a ser recebida. Conforme as autoras, definir o intelecto em ato seria considerá-lo como algo já pronto, o que acarretaria a ausência de necessidade de aprendizagem. Por isso, a definição de intelecto como uma tábua rasa demonstra que a atividade racional humana necessita estar em movimento para que de potência se transforme em ato. Pertinente ao problema do intelecto possível, em seu livro<sup>5</sup>, Tomás de Aquino evidenciou o equívoco de Averróis ao estabelecer o intelecto possível como sendo um único para todos os homens. “Mas, seja como for sobre o intelecto agente, dizer que o intelecto possível é um só para todos os homens se mostra impossível de muitas maneiras” (TOMÁS DE AQUINO, *A Unidade do Intelecto...*, §83). A impossibilidade que se observou em relação a essa concepção, é de que, se há um intelecto para todos, existiria um único homem que compreenderia e que utilizaria de sua vontade e escolha, sendo ela, a mesma para todos os homens. Ou seja, uma ausência de divergência de pensamentos, opiniões e ideias.

Ademais, se todos os homens entendem com um único intelecto, seja como for que se una a eles, quer como forma quer como motor, segue-se por necessidade que seja numericamente único o próprio entender de todos os homens, que seja simultâneo e a respeito de um único inteligível[...]. Semelhantemente, portanto, se o intelecto for um único para todos, segue-se que seja apenas uma única a operação intelectual de todos os homens, que entendem o mesmo ao mesmo tempo (TOMÁS DE AQUINO, *A Unidade do Intelecto...*, §88).

Se o intelecto passivo fosse um único para todos, conforme defendido por Averróis, nós, seres humanos, não possuiríamos nossas próprias aprendizagens e descobertas. A exemplo disso, um professor e um aluno estariam do mesmo modo em potência ou em ato, assim, o professor nada teria a ensinar ao seu aluno, isto é, nada a se preencher na tábua. Porém, ao se entender o intelecto passivo como algo único de ser humano,

4 A palavra “passiva” neste contexto não significa ausência de atividade, mas sim, de potência a ser recebida ou padecer (no sentido de admitir). “Terceiro, diz-se que alguém padece, comumente, só porque o que é potencial em relação a alguma causa recebe aquilo em relação ao que era potencial, sem ser privado de nada. E, deste modo, diz-se que padece tudo o que passa da potência para o ato, mesmo quando se aperfeiçoa. Assim, o nosso inteligir é padecer” (TOMÁS DE AQUINO, ST, I, q. 79, art. 2. sol).

5 *A unidade do intelecto, contra os averroístas.*

podemos admitir que o professor está em ato em relação a certos conteúdos que ainda estão em potência em seu aluno, e essa condição, de ambos, que torna possível o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, é imprescindível que o professor detenha certo nível de conhecimento, de modo que possa estimular seu aluno para que ele alcance o conhecimento da verdade.

No terceiro artigo da questão 79, Tomás de Aquino indagou se deve admitir um intelecto agente. Em sua solução, o mestre dominicano trouxe duas concepções: a primeira de Platão e a segunda de Aristóteles. Tomás de Aquino, do mesmo modo que Aristóteles, acreditava na necessidade da existência do intelecto agente, o que Santin (2018) considerou como sendo uma faculdade do intelecto. Essa faculdade (intelecto agente) possibilitaria a passagem do intelecto passivo a ato, iluminando os aspectos inteligíveis de forma que o intelecto possível tenha acesso a elas.

Em relação ao intelecto agente e ao processo de aprendizagem, corroborando com os escritos de Santin e Oliveira (2019), é perceptível que Tomás de Aquino entendia o processo de ensino e aprendizagem dependente da ação do aluno. Para o conhecimento tornar-se ato não bastaria apenas o aluno obter de modo passivo o conhecimento, mas que ele se tornasse agente deste processo, refletindo e praticando: “Por onde, para inteligir não basta à imaterialidade do intelecto possível, sem o intelecto agente, que, por abstração, atualiza os inteligíveis” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 3. resp.).

O quarto artigo buscou responder se o intelecto agente faz parte da alma ou está fora dela. Este debate se insere em uma discussão mais ampla abordada em *A Unidade do Intelecto...*, em que Tomás de Aquino considerou como o primeiro equívoco de Averróis acreditar que o intelecto seria uma substância separada do corpo. A partir dos estudos das obras de Aristóteles, como por exemplo, *De Anima*, Tomás de Aquino concluiu que o intelecto não possui um órgão em específico, como a visão que se encontra nos olhos. Entretanto, mesmo sem um órgão próprio ao intelecto, ele faz parte do corpo, sendo uma das capacidades da alma: “Portanto, o intelecto é separado do seguinte modo, porque não é uma capacidade no corpo, mas é uma capacidade na alma; a alma, porém, é ato do corpo” (TOMÁS DE AQUINO, *A Unidade do Intelecto...*, §27).

O intelecto agente estaria na alma de forma que, participando do intelecto superior, auxilia a alma a atualizar os inteligíveis. Conforme os ensinamentos da fé cristã, apenas Deus se configura como intelecto separado, como esclareceu Tomás de Aquino: “[...] o intelecto separado é Deus mesmo, Criador da alma e só em quem ela acha a sua beatitude, como a seguir se mostrará. Por onde, dele é que a alma humana participa a luz intelectual [...]” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 4. sol.). Em função disso, diferentemente do intelecto superior (Deus) que para o autor é ato puro, o homem necessitaria de um movimento de reflexão e argumentação para alcançar a verdade. Em continuidade ao estudo sobre o intelecto agente, no quinto artigo, buscou-se examinar se ele é um para todos. Tomás de Aquino concluiu que é necessário compreender a multiplicidade de intelectos agentes, seguindo a pluralidade das almas. Dessa forma, assim como cada alma pertence a um corpo particular e individual, o intelecto agente também: “Se, porém, tal intelecto faz parte da alma, sendo uma virtude dela, necessário é admitirem-se vários intelectos agentes, segundo a pluralidade das almas, multiplicadas com a multiplicação dos homens [...]” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 5. sol.).

No sexto e sétimo artigo da questão 79, Tomás de Aquino abordou a memória, respondendo se ela está ou não presente na parte intelectiva da alma e se ela é ou não uma potência diferente do intelecto. Em sua concepção, a memória estaria presente no intelecto pois é de sua natureza conservar as espécies: “A memória é, portanto, o tesouro ou o lugar conservativo das espécies” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 7). Nesse sentido, para Tomás de Aquino a memória não é apenas receptáculo dos acontecimentos da vida do homem, mas uma capacidade de conservar o que foi apreendido anteriormente e transformá-lo em ato novamente.

Além disso, para o mestre dominicano a memória se caracterizaria como uma faculdade unicamente humana: “A memória, como conservativa das espécies, não nos é comum com os animais” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 6. resp. 1). Conforme Oliveira (2010), por mais que os animais, assim como os homens, lembrem dos processos de seu dia a dia e de suas necessidades corpóreas, apenas o homem é capaz de criar memórias intelectivas. Nessa lógica, a memória permite que os homens possuam consciência da temporalidade (passado, presente, futuro), de forma que seja possível, por meio da oralidade, da escrita, de imagens e artefatos, preservar o passado e o que já foi apreendido. O que não ocorre nos animais, visto que sua memória estaria vinculada ao fator genético, em que as informações necessárias estão codificadas em seus genes (HARARI, 2011).

No oitavo artigo debate-se se a razão é uma potência diferente do intelecto. Para entendermos esse problema, faz-se necessário pensar em duas observações que foram salientadas por Tomás de Aquino. A primeira, a operação própria do intelecto e da razão e a segunda, a comparação entre a forma de intelecção dos anjos e dos homens. Em *A Unidade do Intelecto... (§ 60) o mestre dominicano* demonstrou que a operação própria do intelecto é entender: “[...] de acordo com a doutrina de Aristóteles, é preciso considerar os princípios dos atos a partir dos atos, parece que isso deve ser considerado primeiro a partir do ato mesmo, próprio do intelecto, que é entender.” E a razão seria: “[...] ao passo que raciocinar é proceder de uma para outra intelecção, para conhecer a verdade inteligível” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 8, sol.). O intelecto é o entender propriamente dito e a razão é o movimento que se realiza para se conhecer a verdade inteligível, isto é, para entender.

Pensemos agora sobre a forma como os anjos e os homens apreendem a verdade das coisas. Para Tomás de Aquino os anjos, diferentemente dos homens, já possuem perfeitamente o conhecimento da verdade inteligível, ao passo que não necessitam realizar o movimento da razão de conhecer. Os homens, por seu turno, possuem um processo para apreenderem a verdade das coisas, processo o qual a razão é responsável por levar o ser humano de um conhecimento a outro. Dessa forma, o homem precisa conhecer, pesquisar, refletir e argumentar até que alcance a verdade.

Ora, é patente que o raciocinar está para o inteligir, como o ser movido para o repousar, ou o adquirir para o possuir; dos quais termos um pertence ao perfeito, o outro, porém, ao imperfeito. E como o movimento sempre procede do imóvel e termina no repouso, daí vem que o raciocínio humano, por via de inquisição ou de invenção, procede de certos princípios absolutamente inteligidos, que são os primeiros princípios; e, de novo, por via do juízo, volta, decompondo, aos primeiros princípios, à luz dos quais examina o que descobriu. (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 8. sol.).

No artigo nove o debate ainda se concentra sobre a razão, entretanto, neste momento se questiona se é o caso da razão superior e a razão inferior serem potências diversas. Conforme Aquino elas se diferenciariam por meio de sua função: “Por onde, a razão superior e a inferior são uma só e mesma potência; distinguindo-se, porém, pela função dos atos e pelos diversos hábitos” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 9. sol.). A razão superior está ligada a sapiência, isto é, a sabedoria que se trata de um saber aprofundado e esclarecido, já a razão inferior se designa a ciência, que pode ser considerado como um conhecimento efêmero e menos aprofundado. Portanto, a razão inferior é subordinada e regulada pela razão superior, o que nos remete ao artigo anterior em que Tomás de Aquino definiu a razão como um movimento necessário ao homem para se chegar à verdade. Ora, inicialmente possuímos um conhecimento superficial que conforme novas descobertas, reflexões e compreensões pode tornar-se aprofundado.



No décimo artigo Tomás de Aquino reflete sobre a inteligência ser ou não uma potência diferente do intelecto. Em sua solução percebemos a preocupação em esclarecer o significado do vocábulo inteligência, que seria o ato mesmo do intelecto, neste caso, o inteligir. Tomás de Aquino esclarece que em alguns livros árabes os anjos são denominados de 'inteligência', visto que inteligem em ato. Já nos livros gregos são denominados como 'intelectos' ou 'mente'. Dessa forma, a inteligência não se diferencia do intelecto como uma potência, mas como ato da potência. E ainda, que os filósofos admitem quatro intelectos, sendo eles, o agente, o possível, o habitual e o atual. O agente e o possível se configuram como potências diferentes, pois nos seres existem a potência ativa e outra passiva. Os intelectos habitual e atual referem-se aos estados do intelecto possível. Estando em ato primeiro (ciência) chama-se habitual, e em ato segundo (sabedoria) chama-se atual. Como Santin (2018) observou é notável que Tomás de Aquino esforçou-se para deixar claro seu conceito de intelecto, procurando afastar-se das controvérsias conceituais decorrentes de diferentes interpretações.

Em resposta a terceira objeção, o teólogo estabeleceu certo movimento originário da potência intelectual para se alcançar a sabedoria. Primeiramente, a potência intelectual apreende algo, o que o mestre colocou como intelecto, por conseguinte, ordena o que apreendeu a conhecer ou operar em outra coisa, e a isto se deu o nome de intenção, por terceiro deve-se indagar, o que colocou como cogitação. Em quarto é preciso examinar o que foi cogitado, alcançando assim a sabedoria. Abrindo um parêntese, Tomás de Aquino demonstrou que em conjunto com a sabedoria deveria estar a prudência, de modo que o sábio é um ser prudente: "[...] o exame do que foi cogitado, à luz de princípios certos, chama-se saber ou ter sabedoria, nisso consistindo a prudência ou sapiência, pois, pertence a sapiência julgar [...]" (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 10. resp. 3). Por fim, ao crer estar certo, é necessário pensar em como manifestar a outros.

No décimo primeiro artigo foi examinado se o intelecto especulativo e o prático são potências diversas. O teólogo dominicano conclui que o intelecto prático e o especulativo não são potências diversas. O que as diferenciam é a finalidade que o homem as atribui.

E nisto está a diferença entre o intelecto especulativo e o prático; o que aquele apreende não se ordena à operação, mas só à consideração da verdade; ao passo que, o apreendido, por este se ordena à operação (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 11, sol.).

Em seu décimo segundo artigo, Tomás de Aquino procurou esclarecer se a *sindérese* é uma potência distinta das outras. Para essa questão, faz-se necessário retomar novamente o intelecto prático. A *sindérese*, na concepção do mestre dominicano não se tratava de uma potência, mas de um hábito natural: "A *sindérese* não é potência, mas hábito; [...]" (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 12. sol.).

Por onde, também os princípios das coisas operáveis, naturalmente ínsitos em nós, não pertencem a uma potência especial, mas a um hábito natural especial, a que chamamos *sindérese*. E, por isso, se diz que a *sindérese* instiga ao bem e murmura contra o mal, enquanto, pelos primeiros princípios, procedemos a descobrir e julgamos do descoberto. Logo, é claro, a *sindérese* não é uma potência, mas um hábito natural (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 12. sol.).

A *sindérese* se refere a um hábito natural que incita o bem e condena mal, porém isso só poderia acontecer na medida em que nós, homens, buscamos descobrir e julgar o que encontramos. Desse modo, os princípios da ordem da ação (intelecto prático), os quais os homens são dotados naturalmente não cabem a uma potência especial, mas sim a *sindérese*. Da mesma forma, como o intelecto dos princípios é o hábito especial da ordem especulativa (intelecto especulativo).

O décimo terceiro e último artigo da questão 79 questionou-se sobre a consciência ser uma potência. Em sua solução, Tomás de Aquino conclui que a consciência se configura como um ato e não potência. Para explicar sua afirmação ele principia pelo significado etimológico da palavra consciência: “Segundo, pois, a propriedade do vocábulo, a consciência importa a ordenação da ciência para alguma coisa, porquanto, consciência significa ciência com outra coisa” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 13. sol.). Isto posto, a aplicação da ciência se coloca como ato em relação a alguma coisa. Em seguida, o filósofo trouxe atributos que podem ser designados a consciência, sendo eles: testificar, instigar e acusar.

E essa aplicação se faz de três modos. – Primeiro, quando reconhecemos ter ou não feito alguma coisa, segundo a Escritura (Ecle 7, 23): Porque sabes na tua consciência que também tu muitas vezes tens dito mal de outros. E, neste caso, diz-se que a consciência testifica. – Segundo, quando pela nossa consciência julgamos dever fazer alguma coisa, ou não. E então, diz-se que a consciência instiga ou liga. – Terceiro, quando, pela consciência, julgamos que alguma coisa foi bem ou mal feita. E então, diz-se que a consciência acusa ou remorde (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 13. sol.).

É notável como ambos os atributos designados são consequência da ciência do homem em relação ao ato praticado, como salientou o filósofo. Assim, nós seres humanos temos a ciência de que estamos fazendo algo de errado ou de bom, ou até mesmo, se nos arrependermos depois por esse ato. Ao admitir a consciência em ato, admite-se também que o ser humano é o senhor de suas ações e responsável por suas escolhas e pelos atos praticados. Com efeito, a consciência permite que reflitamos sobre nossos pensamentos e nossas ações, de forma que as aperfeiçoamos a partir de nossas experiências.

Desse modo, buscamos analisar os treze artigos da questão 79 da *Suma Teológica* enfatizando os aspectos que consideramos serem importantes para a compreensão do conceito de intelecto para Tomás de Aquino. O fato de a *Suma Teológica* ter um caráter didático, por ser destinada aos alunos de teologia que futuramente se tornariam mestres, demonstra a preocupação do filósofo com o estudo e a compreensão do conceito de intelecto, de modo que eles entendessem a importância de seu papel, a possibilidade do ensinar e a busca pelo verdadeiro conhecimento. Desse modo, a potência intelectual permite que os seres humanos se diferenciem como espécie racional e possuam a capacidade de aprender, entender e escolher.

## Considerações finais

A partir da nossa trajetória teórica vemos que o debate acerca do intelecto afligiu a comunidade intelectual do século XIII. De um lado, as interpretações árabes e de outro as interpretações cristãs. Era necessário que os futuros mestres deste tempo discutissem e compreendessem o intelecto humano, suas potencialidades, as maneiras de concretização, e os diferentes fatores que poderiam contribuir para que o homem refletisse, argumentasse, aprendesse e convertesse em ato suas potencialidades. Tratou-se de uma busca em sistematizar as funções do intelecto, de modo que se possa compreender a forma que este homem aprenderia e atuaria em sociedade.

A potencialidade do intelecto humano, em nosso discernimento, possibilita a saída da “caverna”<sup>6</sup>, isto é, o abandono de uma existência puramente sensitiva e locomotiva semelhante a vida dos animais para uma vida intelectual e racional, em busca da verdade. Não é sem razão, que Tomás de Aquino entende o intelecto como condição fundamental do ser humano. É isso, que essencialmente torna o homem diferente de outras espécies e permite que ele seja senhor de suas ações.

Para finalizar, gostaríamos de retomar, um dos princípios estabelecidos por Tomás de Aquino, que seria o de entender que cada ser humano possui um intelecto e que este intelecto está em potência. Ora, para educação este princípio se mostra valioso. Ao entrarmos em sala de aula é necessário que percebamos nosso aluno como alguém que detém um intelecto e que esse, por sua vez, é repleto de potencialidades. É preciso acreditar que esse aluno possui a potência de aprender e que o professor carrega um papel fundamental neste processo. O professor, por ser aquele que possuiria o conhecimento em ato, seria o responsável por promover o desenvolvimento desse intelecto no aluno, que até então se encontra em potência, possibilitando, desse modo, a sua transformação em ato. É evidente, como observado por Tomás de Aquino, que a ação do aluno é intrínseca nesse processo, no entanto, isso não deixa de lado o papel essencial do professor.

Nesse sentido, o mestre ou o professor, deve também perceber sua potencialidade enquanto educador. Para que o ensino ocorra, o professor necessita compreender e ter apropriação sobre a temática que deverá trabalhar com seus alunos, de modo que saiba como instigar e conduzir seu aluno de um conhecimento que, inicialmente era potencial, para um conhecimento em ato. Por isso, a busca pelo conhecimento de ambos os agentes (professor e alunos), permite que se produza um movimento que promova reflexões e argumentações que contribuam para que as potências de aprendizagem se tornem ato.

6 Com base na metáfora de Platão.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 4.ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991.
- ARISTÓTELES. *De anima*: livros I, II e III. 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONI, Luís Alberto de. A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval. *Dissertatio: Revista de Filosofia do Departamento de Filosofia do ICH/UFPEL*, v. 1, p. 66-106, 1995.
- BOVETO, Lais. OLIVEIRA, Terezinha. A potencialidade na filosofia da educação antiga e medieval. *Educação e filosofia*, v. 35, n. 74, 2021.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DUQUE, Baldomero Jiménez. Seminários menores e colégios diocesanos. *Revista Educação*, n. 5, p. 141-143, 1952.
- GILSON, Étienne. *A existência na filosofia de S. Tomás*. São Paulo: Duas cidades, 1962.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.
- LIBERA, Alain de. *A filosofia medieval*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- LAUAND, Luiz Jean. Tomás de Aquino: vida e pensamento – estudo introdutório geral. In: TOMÁS DE AQUINO. *Verdade e Conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 1-18.
- MENDES, Claudinei Magno Magre. A importância da pesquisa de fontes para os estudos históricos. *Acta Scientiarum Education*, v. 33, n. 2, p. 205-209, 2011.
- PAIVA, José Pedro. A administração diocesana e a presença da Igreja: o caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Lusitania Sacra*, n. 3, p. 71-110, 1991.
- SANTIN, Rafael Henrique. *A proposta tomasiana para a formação do educador no ocidente medieval do século XIII: o intelecto como o princípio essencial da sabedoria magistral*. 2018. 195 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação, Maringá, 2008.
- SANTIN, Rafael Henrique; OLIVEIRA, Terezinha. Intelecto, educação e formação docente na *Suma Teológica* de Tomás de Aquino. *Práxis educativa*, vol. 14, núm. 2, 2019.
- TOMÁS DE AQUINO. *A unidade do intelecto contra os Averroístas*. São Paulo: Paulus, 2017.
- TOMÁS DE AQUINO. Questão 75 e 79. In: TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2001.

NASCIMENTO, R. B.; DÍAZ, B.; AMORIM, M. M. T.; Adoecimento docente, avanço das direitas e necropolítica no Brasil: reflexões para a formação de professores. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. Belo Horizonte. Vol. 15, nº. 32 (p. 39-52) 30 abr. 2023. ISSN: 2176-4360. DOI <https://doi.org/10.31639/rbpf.v15i32.685>

